



NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azevedo

luiazededo.df@abr.com.br



Rosa Weber: a mulher certa, no lugar certo, na hora certa

Perdão pelo lugar comum, mas o perfil da nova presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) é isso mesmo. A ministra Rosa Weber assumiu a presidência da Corte no final de sua longa carreira na magistratura, coroando uma trajetória de coerência no exercício dos diversos cargos que ocupou, em todos os níveis do Judiciário, o que faz muita diferença numa conjuntura como a que estamos vivendo, na qual a Corte constitucional sofre fortes pressões do presidente Jair Bolsonaro, que não compareceu à solenidade de posse. Alegou agenda de campanha, logo ele, que não perde uma formatura de cadetes nas escolas militares ou desfile castristense.

Na verdade, a ausência de Bolsonaro se deve ao fato de que o discurso da ministra Rosa Weber foi uma reafirmação de que o Supremo, sob sua liderança, exercerá o papel de Poder Moderador da República, dando a palavra final sobre toda e qualquer polêmica acerca da Constituição de 1988. Trocando em miúdos, esse foi o recado político mais importante da solenidade, à qual compareceram os presidentes do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Destaque para a presença do ex-presidente José Sarney.

"Vivemos tempos particularmente difíceis da vida institucional do país. Tempos verdadeiramente perturbadores, de maniqueísmos indesejáveis. O Supremo Tribunal Federal não pode desconhecer esta realidade. Até porque tem sido alvo de ataques injustos e reiterados, inclusive, sob a pecha de um mal compreendido ativismo judicial por parte de quem, a mais das vezes, desconhece o texto constitucional e ignora as atribuições cometidas a essa Suprema Corte pela Constituição. Constituição que nós, juízes e juízas, juramos obedecer", disse Rosa Weber.

Foi um recado que não deve ter agradado muito ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que ouviu o discurso de corpo presente. Aras anda às turmas com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, a quem acusa de usurpar poderes do Ministério Público Federal. Nos bastidores, também é quem mais acusa o Supremo de usurpar atribuições dos demais Poderes, junto ao presidente Jair Bolsonaro e ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), principalmente.

Rosa Weber conclamou os ministros do Supremo a manterem unidos em torno da defesa do Estado democrático de direito e seus postulados e não deixou dúvidas quanto ao apoio que pretende dar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na condução das eleições deste ano: "Nosso tribunal da democracia, que neste ano de 2022, sob comando firme do ministro Alexandre de Moraes, e em estrada competentemente pavimentada pelo ministro Edson Fachin, mais uma vez garantirá a regularidade do processo eleitoral, a certeza e a legitimidade dos resultados das urnas e o primado da vontade soberana do povo".

Eleições

Este é o ponto. Rosa Weber terá o desafio de enfrentar a conjuntura política mais dramática que o país já viveu, desde a redemocratização, face aos ataques que as urnas eletrônicas, a Justiça Eleitoral e o próprio Supremo vêm sofrendo por parte do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. Presidirá o Supremo por pouco mais de um ano, pois deverá se aposentar até outubro de 2023, quando completará 75 anos, a idade máxima para ser ministra. E a terceira mulher a ocupar o cargo. As outras foram Ellen Grace, cuja vaga hoje ocupa, e Cármen Lúcia, que presidiu a Corte de 2016 a 2018. O ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, que não compareceu à posse, bem que tentou se posicionar como uma espécie de "fiador" da inviolabilidade das urnas eletrônicas, o que na prática seria restaurar a velha tutela militar sobre o processo político brasileiro, que tantas vezes já se manifestou desde a Proclamação da República, em 1889. O discurso de Rosa Weber foi uma espécie de "não passarão".

Gáucha, uma de suas características é a firmeza: outra, a discrição. Rosa Weber nunca deu entrevistas, somente se pronuncia nos autos ou durante as sessões do Supremo. A nova presidente do Supremo foi prestigiadíssima pela magistratura de seu estado, que homenageou durante o discurso. Um dos momentos mais emocionantes de seu pronunciamento foi durante as referências ao Bicentenário da Independência, que transformou numa profissão de fé na força dos cidadãos comuns: "Presto homenagem ao povo brasileiro que não desiste da luta pela sua real independência e busca construir-a a cada dia, com garra e tenacidade, a despeito das dificuldades, da violência, da falta de segurança, da fome em patamar assustador, dos milhares de sem-teto em nossas ruas, da degradação ambiental, e da pandemia não totalmente debelada que tantas vidas ceifou. E aqui minha solidariedade sempre a todos que perderam a vida e aos parentes", afirmou.



Corte diz que Defesa não terá acesso diferenciado à apuração. Pasta refuta ter pedido permissão para acompanhar totalização de votos em tempo real

TSE nega que haverá contagem paralela

» RAPHAEL FELICE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou que o Ministério da Defesa terá acesso instantâneo às apurações das urnas eletrônicas nas eleições deste ano. A Corte publicou uma nota de esclarecimento após a *Folha de S. Paulo* noticiar que os militares fariam o escaneamento dos códigos-fonte dos equipamentos durante a apuração, em tempo real, para conferir a contagem de votos paralelamente à do tribunal. Conforme a reportagem, as Forças Armadas teriam acesso a 385 urnas.

A Corte afirmou que a Defesa não terá "acesso diferenciado" na apuração das urnas no pleito em outubro deste ano e frisou que a realização da contagem de votos é competência constitucional do próprio TSE. "O Tribunal Superior Eleitoral informa, em relação à apuração das eleições 2022, que não houve nenhuma alteração do que foi definido no primeiro semestre, nem qualquer acordo com as Forças Armadas ou entidades fiscalizadoras para permitir acesso diferenciado em tempo real aos dados enviados para a totalização do pleito eleitoral pelos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais), cuja realização é competência constitucional da Justiça Eleitoral", enfatizou.

A nota informou, ainda, que qualquer cidadão ou instituição pode conferir a checagem dos boletins de urna após a contagem dos votos, como nas eleições anteriores.

Antonio Augusto/Secom/TSE



Corte presidida por Alexandre de Moraes ressalta ter a competência institucional para a apuração

A diferença é que, neste ano, essa conferência poderá ser feita pela internet, como o tribunal divulgou em junho do ano passado.

"O TSE reitera informação amplamente divulgada em junho passado sobre a contagem de votos, a partir da somatória dos BUs (boletins de urna), ser possível há várias eleições e que para o pleito deste ano foi implementada a novidade de publicação dos boletins de urnas pela rede mundial de computadores, após o encerramento da votação, para acesso amplo e irrestrito de todas as entidades fiscalizadoras e do público em geral", frisou.

Conforme a Corte, "independentemente dessa possibilidade, como ocorre há diversas eleições, qualquer interessado poderá ir às seções eleitorais e somar livremente os BUs de uma, de 10, de 300 ou de todas as urnas".

Também em nota, a Defesa afirmou que "as Forças Armadas não solicitaram qualquer permissão de acesso diferenciado em tempo real aos dados enviados para a totalização do pleito eleitoral pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), cuja realização é competência constitucional da Justiça Eleitoral".

"Com base na Resolução nº 23.673-TSE/2021, as Forças

Armadas têm atuado como uma das entidades fiscalizadoras, legitimadas a participar das etapas do processo de fiscalização do sistema eletrônico de votação", diz o comunicado. "Por fim, cabe ressaltar que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas não demandam exclusividade e tampouco protagonismo em nenhuma etapa ou procedimento da fiscalização do sistema eletrônico de votação e permanecerão pautando a sua atuação pela estrita observância da legalidade, pela realização de um trabalho técnico e pela colaboração com o TSE."

Imagens vetadas

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, deferiu uma segunda liminar no sentido de proibir o presidente Jair Bolsonaro (PL) de usar imagens da comemoração do Bicentenário da Independência, no dia 7 de Setembro, na propaganda eleitoral.

A decisão acolheu um pedido feito pela senadora Soraya Thronicke, candidata à Presidência pelo União Brasil, e assinalou que, em uma primeira análise, Bolsonaro incentivou a associação entre o evento cívico-militar e a campanha à reeleição.

"Os elementos presentes nos autos são suficientes para, em análise perfunctoria, concluir que a associação entre a campanha dos réus e o evento cívico-militar foi incentivada pelo próprio presidente candidato à reeleição, o que pode ter desdobramentos na percepção do eleitorado quanto aos limites dos atos oficiais e dos atos de campanha", escreveu Benedito Gonçalves em despacho dado no domingo.

A decisão reforça um outro despacho assinado por Gonçalves no sábado. Nesse, o ministro acolheu um pedido feito pela coligação do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O ministro do TSE não só proibiu Bolsonaro de usar as imagens na propaganda eleitoral, como determinou que a TV Brasil edite um vídeo em seu canal no YouTube para excluir trechos em que o presidente aparece fazendo campanha durante a cerimônia.

"De fato, o uso de imagens da celebração oficial na propaganda eleitoral é tendente a ferir a isonomia, pois utiliza a atuação do chefe de Estado, em ocasião inacessível a qualquer dos demais competidores, para projetar a imagem do candidato e fazer crer que a presença de milhares de pessoas na Esplanada dos Ministérios, com a finalidade de comemorar a data cívica, seria fruto de mobilização eleitoral em apoio ao candidato à reeleição", ponderou.

NÃO IMPORTA O SEU TIPO SANGUÍNEO



TODOS OS DIAS, DEZENAS DE PESSOAS NECESSITAM DE UMA TRANSFUSÃO DE SANGUE

Mas nem sempre os estoques do Hemocentro estão abastecidos o suficiente para atender a todos. Mais do que um ato solidário, doar sangue é um gesto de bondade que pode salvar vidas. Se você tem entre 16 e 69 anos, pesa mais de 50 kg, não possui comorbidades, nem faz uso de drogas injetáveis ilícitas, e dormiu, no mínimo, 6 horas nas últimas 24 horas, procure o Hemocentro e torne-se um doador. Um doador sangue bom.

Saiba como doar acessando hemocentro.df.gov.br

Secretaria de Saúde GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL